

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL – UFRGS
INSTITUTO DE LETRAS

JEAN KARTABIL LOREGIAN

O comportamento das massas em *Coriolano* e *Júlio César*, de William Shakespeare

Porto Alegre

2019

JEAN KARTABIL LOREGIAN

O comportamento das massas em *Coriolano* e *Júlio César*, de William Shakespeare

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto de Letras como requisito parcial para a obtenção do grau de Licenciatura em Letras pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

Orientador: Prof. Dr. Antonio Barros de Brito Junior

Porto Alegre

2019

*À Cecília, sempre em meus
pensamentos.*

AGRADECIMENTOS

Descrever esse momento é um tanto quanto difícil, devido à quantidade de sentimentos que preenchem o meu ser. Foi necessário traçar novos planos, ao menos por algum tempo, já que nos últimos anos eu estava completamente imerso no trabalho com minha banda, por isso, havia feito o trancamento do curso. No entanto, neste primeiro semestre de 2019, optei por me afastar um pouco da música e, assim, finalizar este trabalho, ou melhor, encerrar um ciclo.

Escolhas que envolvem mudanças em nossas rotinas, como bem sabemos, nunca são fáceis; contudo, as surpresas que nos aguardam quase sempre engrandecem nosso espírito. Não foi diferente o que aconteceu comigo no processo de pesquisa, leitura e escrita deste trabalho. Por vários momentos me deparei com sentimentos agradáveis, como de fazer a coisa certa, na hora certa. É claro que tiveram momentos de medo e angústia, onde eu me perguntava se o que estava sendo feito, ou seja, resgatar um trabalho de conclusão de curso após tanto tempo, realmente era a decisão acertada. No fim, vejo que valeu apenas pelo simples fato de estar em contato com um tema que me agrada tanto e que considero tão relevante, além do mais, eu realmente estava precisando desse tempo comigo, com a leitura, o pensamento e a escrita.

Gostaria de agradecer imensamente ao Prof. Dr. Antonio Barros de Brito Junior, por ter acreditado em mim e dado tanta força para que esse trabalho se realizasse, além, claro, de todas as orientações, mas também por ter propiciado aulas tão instigantes durante a graduação. À minha companheira Raquel, que em todos os momentos me incentivou e, com grande sabedoria, também me orientou em várias decisões difíceis. Aos meus pais que transbordaram de alegria quando finalmente ingressei na Universidade e que desde o início do curso acreditaram em mim; agradeço pela sensibilidade em suas percepções ao apoiarem minhas decisões, que muitas vezes iam de encontro às suas.

Àqueles que compreenderam minhas ausências e me apoiaram nesse momento tão importante.

*“Deixar o rancho da infância
Coberto pela neblina”*

Vitor Ramil

Resumo

Este artigo investiga o papel das massas em comparação com outros personagens em duas peças de William Shakespeare. Levando em conta *Coriolano* e *Júlio César*, o artigo enfoca a forma pela qual Shakespeare retrata as massas, dando-lhes uma voz nas peças, permitindo-nos entender o comportamento das massas em sua exibição sociopolítica e seus aspectos psicológicos. Com a ajuda dos textos teóricos selecionados, este trabalho ajuda-nos a investigar se as massas shakespearianas dirigem-se ao sagrado, se elas se comportam de maneira racional, ou se são volúveis na tomada de decisão através das peças.

Palavras-chave: Massas. Shakespeare. Comportamento. Sociopolítica. Sagrado.

Abstract

This paper investigates the role of the masses in comparison with other characters in two plays of William Shakespeare. Taking into account *Coriolanus* and *Julio Caesar*, the paper focuses on the form by which Shakespeare depicts the masses by giving them a voice in the plays, enabling us to understand the behaviour of the masses in their sociopolitical display and their psychological aspects. With the help of the theoretical texts selected, this work helps us to investigate whether the shakespearean masses drive themselves to the sacred, or whether they behave in a rational way, or yet whether they are voluble in their decision making through the plays.

Keywords: Masses. Shakespeare. Behaviour. Sociopolitical. Sacred.

Sumário

O comportamento das massas em <i>Coriolano</i> e <i>Júlio César</i>, de William Shakespeare	8
Referências Bibliográficas	29

O comportamento das massas em *Coriolano* e *Júlio César*, de William Shakespeare

Este estudo pretende fazer uma excursão por duas peças de William Shakespeare: *Coriolano* e *Júlio César*. Observarei nessas obras a relevância das massas, que são representadas por pessoas em geral parvas, que falam a voz do senso comum; de como se organizam, sua influência direta ou indireta nas tomadas de decisões dos líderes e governantes, se estão servindo apenas como “massa de manobra” e colaborando inconscientemente com a perpetuação do poder de determinados grupos hegemônicos ou se conseguem destituir – ou influenciar na destituição – do poder desses grupos ou tiranos que ocupam lugares de grande relevância na sociedade de que trata a respectiva obra.

A manipulação política, o cerceamento da liberdade e a subalternidade, para rechaçar a voz do povo, são transmitidas por Shakespeare, na economia simbólica das peças, com grande nitidez. A hierarquia das classes naquela época fica evidente em várias passagens das obras e há uma carga de sujeição enorme desses trabalhadores para com os tribunos, senadores, generais ou qualquer outro personagem que esteja numa posição de maior prestígio. Vale ressaltar a forma como Shakespeare insere e expõe o caráter do povo em suas peças e de como se relacionam com os demais personagens, ou seja, de como a massa, por si só, configura grande relevância a partir do momento que possibilita o contato com o *ethos* de um dado período sob a perspectiva artística e literária do autor.

As obras de Shakespeare, acima citadas, serão utilizadas para demonstrar a relevância das massas na construção simbólica das peças. O dramaturgo inglês nos coloca diante de questões de grande relevância através da forma com que se utiliza das relações entre os personagens, isto é, a partir do momento que entramos em contato com as contradições que permeiam a peça, vamos nos situando nesse imaginário shakespeariano que, neste trabalho, nos transporta para a relevância das massas, ou seja, de como os cidadãos são relevantes na leitura da obra de Shakespeare.

A aproximação com os dias atuais foi um grande motivador na escritura e pensamento desse trabalho, já que vivenciamos no Brasil, nos últimos anos, certa frequência na mobilização das massas. A ida às ruas com intenção de manifestar-se contrariamente ao Estado criou, em diversas vezes, um sentimento de forte união entre as pessoas. No entanto, a constância da mobilização é algo difícil de ser presenciada, ou seja, o mais comum nas manifestações brasileiras é ela surgir com grande força e poder de mobilização e, no momento seguinte, quando supostamente se cumpriu o objetivo daquele dia, os manifestantes dirigem-se calmamente às suas casas, ou seja, a dispersão nessas manifestações é algo notável. Creio que este trabalho também possa trazer um pouco de luz a essas questões que envolvem a densidade e continuidade das manifestações, de qualquer época.

Serão utilizados textos de grandes nomes da crítica literária que foram utilizados no curso de

Licenciatura em Letras da UFRGS, na disciplina *Tópicos de Teoria da Literatura II*, ministrada pelo Prof. Dr. Antonio Barros de Brito Junior, em 2015, bem como alguns outros textos adicionais; textos que por si só fundamentam questões importantíssimas, por isso, mais do que tentar relacionar esses escritos teóricos de maneira arbitrária com a obra de Shakespeare, o objetivo fundamental é traçar um paralelo ou simplesmente aproximar o dramaturgo inglês, e a maneira com que aborda o imaginário de uma época através de seus personagens, com os respectivos autores da teoria. Essa aproximação acontecerá da forma mais natural possível, visando temas que transcendem épocas e que são abordados tanto pela literatura como pela crítica literária.

Um dos críticos que trago para o debate é Elias Canetti; ele descreve as massas em vários aspectos e possibilidades, desde a sua formação inicial, antes mesmo de tornar-se massa, no surgimento de algo ainda de menor proporção, caracterizado por ele como *malta*. Interessante notar a forma evolutiva temporal abordada em seu livro *Massa e Poder*, nos incitando a pensar nos primórdios das relações humanas, onde o contato entre as pessoas é limitado e o medo do desconhecido é levado muito a sério e de como esse medo cria o distanciamento entre os indivíduos, que somente é superado quando na formação da massa e as pessoas passam a não se importarem mais com o contato e a proximidade densa e comprimida, pelo contrário, veem nisso a associação de suas forças e, a partir desse contato e formação da massa, muitas coisas poderão se desenvolver, evoluindo para grandes massas com força e reação, ou, em alguns casos, retornando a um estado inicial de inércia ou mesmo dissipando-se. Em ambas as peças de Shakespeare notaremos as características das massas que são tratadas em Canetti, por isso, creio ter relevância aproximar as relações entre as massas e a forma como aparecem retratadas por Shakespeare, bem como são definidas e exemplificadas por Canetti.

Georges Sorel é outro teórico que estará presente neste trabalho. Por mais que em seu livro *Reflexões sobre a Violência* as massas em questão sejam pertencentes à Revolução Socialista, ainda assim, através do aspecto da greve e revolta pela violência, trazido por ele, é possível fazer algumas ponderações sobre os costumes em comum entre as massas retratadas pela tragédia de Shakespeare e as massas revolucionárias do século XIX e XX. Sorel também descreve alguns integrantes do movimento revolucionário, os *socialistas parlamentares*; ele de fato está criticando algo que considero uma possível evolução da massa volúvel, como aparecem em Shakespeare, para uma massa com volubilidade política programática, como apareceram nas revoltas socialistas. Os *socialistas parlamentares* agem ao lado dos sindicalistas revolucionários, mas também dialogam com a burguesia; para eles a violência das massas deve conter certa dosagem, pois somente assim causaria medo e ameaçaria de fato a burguesia.

Buscarei nos escritos de René Girard a conexão com os ritos sacrificiais das sociedades

primitivas. Sabemos que a sociedade que Shakespeare está retratando nas peças trabalhadas aqui já se insere num contexto de república, mesmo assim, ainda está presente, e é trazido à tona por Shakespeare, a crença nos sacrifícios rituais. Digamos que essa relação constitui parte crucial no desenrolar da tragédia de *Júlio César*, por exemplo, pois o intuito de transformar o assassinato de César numa oferenda aos deuses acaba não saindo como esperado, e os cidadãos se veem instigados a agir contra os sacrificadores, ou seja, saem em busca de vingança.

Em Pierre Clastres buscarei esclarecimento sobre as alianças que se formavam nas sociedades primitivas. Ele nos diz que as alianças nessas sociedades existem porque também existe a forte presença do inimigo, ou seja, as alianças serviam às comunidades no fortalecimento de prováveis ataques e invasões de aldeias distantes e rivais. Creio que essa ideia de aliança ultrapassa qualquer período histórico, por isso, é possível observar essa ocorrência entre os personagens shakespearianos, já que veremos os tribunos e os senadores explorando a volubilidade dos cidadãos justamente na formação de alianças, firmando, assim, uma possível vitória na obra desejada. Por mais que o desejo dos povos primitivos fosse de uma sociedade *indivisa*, ou seja, livre de todas as coisas que orientem para a posse, hierarquia, chefes, classes, Estado etc., sendo assim, totalmente diferentes da concepção de sociedade ocidental a qual conhecemos e também aquela de que Shakespeare fazia parte, ainda assim, a busca por alianças é algo comum entre ambas. Mas também podemos usar a reflexão de Clastres justamente para diferenciar as sociedades em questão, ou a forma com que Shakespeare descreve a relação entre os cidadãos e as demais classes em suas obras; isso porque, como mencionado, o objetivo deste trabalho não é colocar lado a lado no intuito de buscar supostas correlações e semelhanças entre sociedades primitivas e a sociedade romana retratada por Shakespeare; como foi dito, as obras escolhidas, da crítica literária, ocupam um espaço de tamanha relevância que seria perder de vista tal importância num mero exercício de comparação e deduções entre períodos históricos diferentes e objetivos diferentes, já que os textos escolhidos não servem aqui para abordar pragmaticamente nem as obras de Shakespeare, nem o dramaturgo inglês. Os textos aqui trabalham quase como se fossem “elementos do indiviso”, fazendo referência a Clastres, e pouco, ou quase nada, buscam formar entre si uma espécie de aliança; eles dialogam sim, mas há de se buscar as particularidades de cada um no serviço de suporte para se pensar a forma com que Shakespeare atribuía às massas força e importância.

Juntamente às duas peças de Shakespeare, esses quatro pensadores da teoria (Canetti, Sorel, Girard e Clastres) servirão como base principal no desenvolvimento do trabalho; todavia, no decorrer da reflexão, outros pensadores serão referenciados para melhor embasar as relações entre as massas em *Coriolano* e *Júlio César*, de Shakespeare, as noções do direito e da justiça – e de como a possibilidade dessa justiça é variável, corroborando na manutenção do establishment – e

fortalecimento da força massiva do Estado, na aplicação de meios ostensivos e violentos na realização de supostos fins justificáveis.

A observação e análise das massas, nas peças de Shakespeare, parece algo um tanto inusitado a se fazer na Academia, tendo em vista que o *popular*, muitas vezes, constitui caráter secundário nos estudos acadêmicos; contudo, notaremos a relevância que o dramaturgo inglês confere a esses personagens. Tanto em *Coriolano* como em *Júlio César*, o povo aparece e é relevante em várias passagens, ou mesmo determinante no desenrolar das peças, manifestando-se explicitamente nos diálogos com os senadores e demais aristocratas romanos, ou através de seus tribunos. Começarei com a análise da tragédia *Coriolano*, datada do ano de 1608.

* * *

As massas em *Coriolano*, de Shakespeare, têm sua primeira aparição já no início da obra. É uma massa inflamada, revolucionária, armada. Eles têm consciência da condição deplorável na qual se encontram e de como estão sendo explorados pela aristocracia romana. Dizem preferir a morte à fome, e que Caio Marcio é o principal inimigo do povo; estão decididos a fazer justiça e, para isso, usarão a violência, caso seja necessário:

A nós chamam-nos pobres cidadãos; aos patrícios é que se chama bons. O que sobra aos que mandam, arranjava-nos bem: se eles nos dessem somente o superfluo, enquanto está em bom estado, poderíamos acreditar que eles nos socorriam por humanidade; eles pensam porêm que nós lhes custamos muito caro: a magreza que nos atormenta, o espectáculo da nossa miseria, são o inventario em que se inscreve a abundancia que eles teem; os nossos sofrimentos, para eles, são lucro. Vingemo-nos de isto com os nossos piques antes de nos vermos reduzidos a ancinhos: os deuses sabem que é a fome de pão que me faz falar, não a sêde de vingança. (SHAKESPEARE, 1915, ato I, cena I, p. 3)

Inicialmente temos a impressão de que esses cidadãos revoltados têm conhecimento e compreensão do poder e papel político que exercem, que a passividade os levará à morte e, por isso, devem se sublevar e lutar contra os patrícios romanos, em especial Caio Marcio. No entanto, há um enfraquecimento da revolta que parte de um próprio cidadão, ou seja, a massa se demonstra volúvel, com uma facilidade de dispersão por um conflito que surge da própria massa, isto é, internamente.

Quando uma revolta popular perde força ela é facilmente manipulada por entidades ou pessoas que protegem o Estado, ou a própria posição política e social hegemônica que exercem na sociedade. Essas posições são ameaçadas numa greve geral, numa revolta armada ou revolução e, por isso, se aproveitam do enfraquecimento do movimento que é comum nas revoltas populares.

Elias Canetti, em *Massa e Poder*, desenvolve uma teorização interessantíssima a respeito da atividade das massas. Um dos pontos é “A Descarga” (p. 16), momento em que todos os presentes na massa deixam de lado suas diferenças e são tomados por um sentimento de igualdade. Essa sensação de empoderamento generalizado faz surgir um potencial que até então não havia nas pessoas presentes; esse sentimento de igualdade também torna as pessoas felizes por haver tamanha identificação entre elas; elas sentem o poder escapando por suas mãos, e é nesse momento que os cidadãos sentem-se preparados para tomar uma atitude definitiva contra aqueles que ditam as regras e fomentam a opressão.

Junto com “A Descarga” pode estar presente a “Ânsia de Destruição” (p. 17), que é aquela vontade de colocar abaixo todos os símbolos que representam a repressão que a massa está farta de aturar: “a destruição de imagens representando algo é a destruição de uma hierarquia que não se reconhece mais.” (CANETTI, 1995, p. 18)

Para que uma revolta seja bem-sucedida são necessários sacrifícios. Abdicar da rotina que muitas vezes lhe é segura e confere algum conforto é crucial na manutenção da união da massa. A força e poder de uma revolta popular são conhecidos e temidos desde o início da organização das sociedades. Tal força é capaz de ruir um império e, por isso, os governantes trabalham tanto para manter as massas calmas e ordeiras, numa espécie de conformidade e naturalidade da exploração, sem que haja qualquer tipo de revolta. A personificação das massas em ambas as peças de Shakespeare representa essa força que emana das mãos do povo e faz surgir daí uma reação direta, seja dos senadores, seja dos tribunos. O fato é que o dramaturgo compreende e estende a percepção das massas numa época cujo imperialismo é o regime dominante e os cidadãos interagem às margens do poder; por isso, Shakespeare reposiciona o povo em um lugar de fala e expressão política em suas obras. Esse lugar de destaque em que os cidadãos estão realocados faz com que aconteça um direcionamento dos acontecimentos nas peças, já que os patrícios devem agir levando em conta esse fato criado pelo autor, do contrário presenciáramos, possivelmente, a teorização proposta por Canetti, isto é, a descarga e a destruição. É possível associar a descarga a fatos shakespearianos, já que os cidadãos encontram-se numa espécie de formação, ou seja, em prontidão para agir contra a tirania e existe neles o sentimento de igualdade, que unifica as massas; entretanto, devido à volubilidade tão presente nesses personagens, o risco da massa desfazer-se também está presente. A partir dessa massa em formação é patente a ânsia por destruição, já que a força emana das mãos do povo; como sugere Canetti, na analogia da destruição dos objetos, os cidadãos estão ávidos por ouvir o barulho dos vidros e demais objetos quebrando, ou seja, o barulho desses objetos quebrando é apenas um anúncio do que realmente está por vir, em *Coriolano*, saciar a fome e conquistar a dignidade; contudo, para isso acontecer, seria necessária a luta para destituir do poder a

tiranía imposta por Caio Marcio.

Ao mesmo tempo em que uma massa está sempre em crescimento na busca pelo alcance de um objetivo – em comum quase sempre a liberdade dos indivíduos e ascensão social – ela também está sempre sendo ameaçada. Os tiranos, seja de qual época for, estarão sempre tentando enfraquecer e destruir os movimentos sociais ou o surgimento das massas que contestam. E as massas têm consciência disso e sentem essa perseguição, só que esse perigo nem sempre vem na forma de perseguição externa, ou seja, da tirania ou da força do Estado; muitas vezes, o inimigo encontra-se dentro da própria massa. Ainda dando sequência ao pensamento de Canetti, há nas massas um constante sentimento de perseguição e uma grande atenção na identificação dos possíveis inimigos. Um ataque exterior à massa acaba fortalecendo a união daqueles que compõem esse grupo e, por mais que haja uma investida do inimigo, e essa massa venha a separar-se, será apenas por um momento, pois no instante seguinte a dispersão acaba e as pessoas voltam a se conectar. Por isso, Canetti nos diz que uma força que tenta destruir a massa é sempre mais poderosa quando surge de dentro:

O ataque *exterior* à massa só faz fortalecê-la. Os corpos apartados são atraídos tanto mais vigorosamente para junto uns dos outros. Já o ataque proveniente do *interior*, pelo contrário, é realmente perigoso. Uma greve que tenha obtido algumas conquistas despedaça-se a olhos vistos. O ataque proveniente do interior apela a desejos individuais. [...] Cada um dos membros de uma tal massa abriga em si um pequeno traidor, que deseja comer, beber, amar e ter o seu sossego. (CANETTI, 1995, p. 22)

Ao analisarmos as peças, notaremos uma dualidade entre o que é racional e o que pertence ao mundo mítico, o que já mostra os indícios das relações de volubilidade que permeiam os personagens que representam o povo – e esse tema ganhará certa atenção e será desenvolvido ao longo do texto. Ainda no início da obra nos deparamos com esse aspecto mais subjetivo da mente humana, na forma de argumentação contrária aos serviços prestados à pátria, por Marcio. Por um lado há o questionamento referente à fúria dos cidadãos contra Marcio, numa argumentação mais política, já que referente aos serviços por ele prestados à pátria. Por outro lado, encontram-se as motivações não racionalizantes de Marcio, ou seja, que sua fama teria sido construída através da vaidade, que não teria trabalhado em favor da pátria, mas para comprazer apenas sua mãe, isto é, a mãe é alçada ao nível do sagrado. No entanto, nesse caso, os cidadãos igualmente apresentam argumentos de uma grande racionalidade política ao mencionarem a opressão dos patrícios; que esses possuem comida em abundância e não compartilham e que fazem ou anulam leis em benefício próprio. “Se as guerras não nos destruírem, êles nos destruirão; tal é todo o amor que êles nos teem” (SHAKESPEARE, 1915, ato I, cena I, p. 7).

Outro aspecto importante a ser ressaltado é como a figura do líder surge e é insinuada em

Coriolano – assim como acontece em *Júlio César* –, e de como essa insinuação, com caráter acusatório, teria o intuito de enfraquecer o movimento rebelde, quando Menenio, logo após a analogia da revolta das partes do corpo contra o estômago, acusa o 1º cidadão de liderar as massas contra Caio.

O 1º cidadão sente uma espécie de ameaça na afirmação de que ele seria o líder da revolta, justamente porque numa revolta popular nada está assegurado a ninguém; o principal e talvez único objetivo é destituir do poder, possivelmente de forma violenta, aqueles que com desdém tratam o povo. Para explicar um pouco melhor esse pensamento, bem como o espanto do 1º cidadão, recorro às palavras de Sorel, citado por Benjamin em seus *Escritos sobre mito e linguagem*:

Com a greve geral, desaparecem todas essas belas coisas; a revolução aparece como uma revolta clara e simples, e não há lugares reservados nem para os sociólogos, nem para os elegantes amadores de reformas sociais, e nem para os intelectuais que escolheram a profissão de pensar pelo proletariado. (SOREL apud BENJAMIN, 2011, pp. 143-144)

Ou seja, nesses momentos de crise, em que as massas assumem um papel político ou ideológico e buscam uma reviravolta no sistema, não existe lugar privilegiado entre aqueles que ocupam o centro do movimento, já que esse protagonismo está inserido naturalmente em todos, e é justamente aí que se dá a força motriz que rege o poder desse movimento. Se buscarmos em Benjamin, que está absorto em Sorel neste momento do *Escritos sobre mito e linguagem* – por mais que ele trate de um contexto bem específico da história, ou seja, a revolução socialista –, podemos ainda assim perceber as intenções dos cidadãos em *Coriolano*, que é uma revolta política, já que não pretende romper com a força do Estado, mas simplesmente destituir do poder o tirano Caio Marcio, até porque os cidadãos são influenciados pela força do Estado, representados nos personagens dos tribunos do povo. Essa distinção revolucionária – ou greve geral política e greve geral proletária – é feita por Sorel, em suas *Reflexões sobre a Violência*, e revista por Benjamin em *Para uma crítica da violência*; Sorel explica que pode haver a intenção da greve geral política, que não rompe com o Estado, bem pelo contrário, busca fortalecê-lo a ponto de não deixar espaço para opositores ganharem força e, podendo assim, contestar suas intenções, deixando o caminho livre para imporem seus decretos mentirosos. Já na greve geral proletária busca-se colocar abaixo não somente os tiranos, mas todo o sistema e forma de poder – nos casos retratos tanto em Sorel como Benjamin – o poder da burguesia representado na figura do Estado. Os cidadãos nas obras de Shakespeare assumem esse comportamento volúvel que acaba limitando o alcance dos protestos; quem sabe seja necessário algum tempo para a elevação da consciência a ponto de organizar uma revolta de cunho menos político, ou seja, de manutenção do Estado ou regime, e aí sim colocar abaixo de fato um sistema opressor que gira em torno de privilégios e hierarquias, mas isso é apenas uma hipótese.

Nos atentemos agora às primeiras falas de Marcio dirigidas aos cidadãos. Há um completo desdém à revolta dos populares; Marcio os vê com desprezo e sente prazer em humilhá-los. Diz que eles sentem orgulho por estarem em guerra, mas que não passam de covardes; que aqueles que procurarem por leões apenas encontrarão lebres entre os revoltados; ou que os cidadãos não sabem nunca o que querem, que a todo o instante mudam de opinião, caracterizando, novamente, uma massa volúvel. No entanto, o que mais me chama atenção é a inversão de valores dos propósitos em se fazer ou não justiça, no intuito de diminuir a legitimidade dos protestos. Marcio faz um desleal jogo do bem contra o mal, e aquele que se revolta encontra-se ao lado contrário da justiça praticada pelo direito, sancionada pelo poder do Estado, aquela que condena ou absolve, que supostamente seria o representante do bem. Não sendo o bastante, Marcio atribui ao senado a representatividade da justiça indubitavelmente acertada, abaixo apenas do julgamento dos deuses; aqui percebemos a manipulação da tirania em favor da manutenção do establishment, ou seja, a tentativa de levar sempre adiante o poder intocável do Estado, isso porque as elites ocupam um local privilegiado, às sombras de uma suposta justiça, e aqui podemos recorrer novamente a Benjamin como acabamos de fazer, no intuito de dividir as intenções das revoltas, ou seja, àquelas que buscam um rompimento real com o Estado e àquelas que disfarçadas de revolta nada mais querem que a manutenção desse sistema e, para isso, buscam a proximidade daqueles que vão às ruas, tendo assim o inimigo sempre próximo, influenciando diretamente o caminhar das greves e revoluções.

Sabemos através de Jacques Derrida que a justiça pode ser praticada à força, que por mais que discordemos da forma como a lei foi aplicada, ela estará sempre amparada na justificativa de que a justiça está intrinsecamente ligada às leis, ao direito positivo e, naturalmente, ao aparato repressor violento do Estado, como num grande grupo intocado que age no sentido de punir com o aval da sociedade, representada por seus governantes, que ali estão para encontrar as soluções para seus povos. Conforme nos diz Derrida:

O direito é sempre uma força autorizada, uma força que se justifica ou que tem aplicação justificada, mesmo que essa justificação possa ser julgada injusta ou injustificável. A aplicabilidade, a “enforceability”, não é uma possibilidade exterior ou secundária que viria ou não juntar-se, de modo suplementar, ao direito. Ela é a força essencialmente implicada no próprio conceito de justiça enquanto direito, da justiça na medida em que ela se torna lei, da lei enquanto direito [...] A palavra “enforceability” chama-nos pois à letra. Ela nos lembra, literalmente, que não há direito que não implique nele mesmo, a priori, na estrutura analítica de seu conceito, a possibilidade de ser “enforced”, aplicado pela força. (DERRIDA, 2007, pp. 7-8)

Caio Marcio se esconde atrás do poder que a justiça praticada pelo Estado lhe confere e ampara, mas menospreza a revolta dos cidadãos que estão buscando por justiça. Se pensarmos que a justiça favorece aos monarcas, aos senadores ou às elites, e que os cidadãos que estão sendo

subjugados pela força do Estado nada mais querem do que uma justiça que seja igual para todos, nos deparamos com um paradoxo derridiano ou, melhor, a experiência da justiça como aporia, isto é, “a justiça é uma experiência do impossível” (30), isso porque quando os cidadãos buscam pelo direito de justiça, eles naturalmente estão inseridos num caminho ou numa passagem intransponível, já que “a justiça seria, deste ponto de vista, a experiência daquilo que não podemos experimentar” (30), e estaria somente à disposição daqueles que participam do regimento das leis, à disposição no sentido de benefício próprio, onde a justiça é manipulada e encontra um lado, se fechando e agindo em benefício daqueles que detêm a força e o aparato de uma violência sancionada.

Até o presente momento os cidadãos são completamente ignorados pela aristocracia romana. No Capitólio acontece a cerimônia que nomeia Coriolano cônsul, os plebeus não se fazem presentes, possivelmente por não serem bem-vindos, já que não fazem parte da aristocracia romana, por isso, quem os representa ali são os tribunos do povo, que ficaram incumbidos pelo 1º Senador de convencer “a plebe a sancionar o que se determinar aqui” (SHAKESPEARE, 1915, ato II, cena II, p. 88). É interessante observar a sinceridade na defesa do povo pelos tribunos Sicínio e Bruto, que concordam em levar ao povo o que for acordado ali no Capitólio, desde que Coriolano mude seu apreço para com os plebeus, que até agora os tratara apenas com arrogância.

No primeiro encontro entre os cidadãos após o ato de nomeação de Coriolano cônsul, é debatido se darão ou não seus votos a ele. O 3º cidadão parece ter consciência do poder de escolha que eles possuem, mas, mesmo assim, se mostra flexível e disposto a demonstrar gratidão aos préstimos de Coriolano. Sorel observa que a inclinação das massas ao diálogo com as elites, num contexto de revolta mais profunda, pode enfraquecer o movimento popular. Podemos ver que a trama shakespeariana passa pelo filtro dos tribunos, ou seja, um distanciamento parece ocorrer naturalmente devido à divisão entre as classes romanas, o que confere certa segurança, tanto para os plebeus, que podem ter alguma liberdade de planejamento ao darem seus votos para cônsul, como podemos ver em *Coriolano*, bem como aos nobres, ficando-lhes asseguradas as tratativas políticas que envolvem o controle do Estado.

Vemos então que Coriolano não dialoga com o povo e essa aproximação entre aristocracia e cidadãos não acontece; com isso, uma massa inflamada está prestes a ganhar força. Esse embate de Coriolano com o povo romano descumpra uma regra básica da tirania, isto é, soltar um pouco as amarras para causar a falsa impressão de que os cidadãos também detêm algum poder político ou de que se existe alguma liberdade é por mérito do Estado. Quando Coriolano rompe por completo essa relação, a história começa a ganhar novo rumo.

Dando sequência ao desenrolar da história, logo após o encontro de Coriolano com os

cidadãos, os tribunos, Sicínio e Bruto, chegam para conversar com eles; os tribunos questionam e repudiam a facilidade com que concederam os votos a Coriolano e induzem os cidadãos a um jogo político, de que os votos deveriam ser revogados se alguma garantia de trégua ou benefícios não fossem assegurados. Os cidadãos concordam e começam uma campanha contra Coriolano, reunindo a maioria de votos da população para que ele não se torne cônsul. A consciência de que Coriolano será um tirano para o povo romano fica clara nas palavras de Bruto:

Ide sem demora dizer a êsses amigos que o que êles elegeram foi um cônsul que lhes arrebatará as liberdades, e que os reputará de não mais voz que a dos cães, que são frequentemente castigados por ladrarem, quando precisamente é pelo ladrado que os querem. (SHAKESPEARE, 1915, p. 113)

A rebelião e a revolta das massas normalmente surgem de algum lugar. Conforme Canetti (1995): “as revoluções são típicas épocas de inversão. Aqueles que por tanto tempo foram indefesos subitamente adquirem dentes” (p.57). Também pode haver um gatilho, que em *Coriolano* é a tirania de Caio Marcio para com o povo. Os plebeus já estão fartos da forma como são subjugados por Coriolano e a aristocracia romana; no entanto, eles parecem, por si só, não terem o poder necessário de articulação para incutir uma revolta e assim derrubar Coriolano. Por isso, a figura dos tribunos tem um papel fundamental no desenrolar da obra, pois são eles que encorajam os cidadãos de que algo deve ser feito, de que eles não podem se calar diante aos abusos de um tirano. Os tribunos, os cidadãos com poder de fala na peça e o restante da população se encaixam, outra vez, com o pensamento de Canetti, quando este nos traz a noção de articulação numa revolução e de como o sentimento de revolta nas massas pode ser algo demorado. É comum a tirania prevalecer por muito tempo no poder até que ocorra alguma articulação no sentido de deter esse mal, e essa articulação só terá força quando essa massa ganhar uma proporção maior, isto é, aos poucos, de indivíduo em indivíduo uma porção de pessoas revoltadas passam a compartilhar do mesmo sentimento, e isso faz com que a insurgência contra a tirania seja o objetivo maior e, contra tamanho poder, ninguém terá resistência.

“Um indivíduo sozinho, fraco e desamparado como é, apenas raramente terá a sorte de dispor de uma tal oportunidade. Quando, porém, muitos deles reúnem-se numa massa, é possível que consigam o que, isoladamente, lhes fora negado. Juntos, podem voltar-se contra aqueles que, até então, lhes davam as ordens” (CANETTI, 1995, p. 57)

Há um caráter racional forte no aconselhamento dos tribunos para o povo. Sicínio e Bruto articulam a maneira com que os cidadãos se dirigirão a Coriolano, retirando seus votos favoráveis ao consulado romano. Os tribunos fazem um movimento de isenção e ao mesmo tempo cumplicidade à retirada dos votos pelos plebeus. Eles aconselham que os cidadãos devam falar que

foram forçados por eles, os tribunos, a darem voto favorável à eleição de Coriolano para cônsul; no entanto, as primeiras palavras dirigidas aos cidadãos, logo após seu encontro com Coriolano, foram de que eles votaram de forma errada, que deveriam ter dito não ao posto desejado. Esse caminho buscado pelos tribunos é um tanto contraditório, já que incita a revolta dos populares, ao mesmo tempo em que eles tentam isentar-se de tal responsabilidade. A racionalidade argumentativa dos tribunos, que convence os cidadãos, pode ser observada neste trecho:

Dizeis pois que, descendendo de tal família, digna por seus merecimentos, de sentar-se em alto lugar, nós o recomendámos ao vosso reconhecimento; que tendo, porém, pesado o seu procedimento actual e o antigo, vistes que êle é vosso inimigo declarado, e que portanto revogais a vossa impensada aprovação. (SHAKESPEARE, 1915, ato II, cena III, p. 115)

Coriolano trava uma batalha contra o povo e os tribunos; tenta a todo custo desmoralizar aqueles que são contrários a ele; no entanto, sabe do poder dos seus inimigos e, inclusive, fala sobre isso: “Ouví os factos exprimir o que seriam as suas palavras: ‘Reclamámo-lo; somos o maior número, e por mêdo dão-nos o que pedimos.’ Assim rebaixamos a dignidade das nossas cadeiras, e damos azo a que a ralé chame temor á nossa solitudine” (SHAKESPEARE, 1915, ato III, cena I, p. 128). A percepção do poder que emana do povo chega a todos da elite romana e há entre eles um grande temor de que a cidade será tomada e arruinada, mas eis o que diz Sicínio: “E que é a cidade, senão o povo?” (SHAKESPEARE, 1915, ato III, cena I, p. 135).

O povo romano encontra-se farto da forma com que Coriolano age com eles e são incitados pelos tribunos a revoltarem-se. Surge aí uma vontade de resolução através da violência que culminaria com a morte de Coriolano. Canetti (1995) nos apresenta, em sua teoria, as “massas de acossamento”, cujo objetivo básico é matar o inimigo, e o alvo é preestabelecido com exatidão. Nos diz que “para que tal massa se constitua, basta anunciar a meta e propagar o nome daquele que deve morrer” (p. 47). Podemos observar isso acontecendo em Shakespeare, quando os cidadãos, em parceria com os tribunos, dão ordem de execução a Coriolano, isto é, que deveria ser levado à Rocha Tarpeia e atirado lá do alto. Se observarmos essa decisão em executar Coriolano, além de estar presente o “acossamento”, também podemos compreender melhor as intenções de “descarga” que surgem do poder político do povo. Canetti nos traz a ideia de “inversão”, que está alinhada ao “acossamento”, ou seja, um povo que foi tratado com barbárie, um dia resolve inverter essa equação e, através da descarga, realiza feitos que visam mudar a realidade na qual estão inseridos, que, na maioria das vezes, é uma realidade de pobreza e exclusão. Neste trecho, Canetti nos mostra as intenções numa inversão:

Quanto mais poderoso tenha sido o executado, quanto maior a distância que anteriormente o separava da massa, tanto maior será a excitação da descarga. Se era um rei, ou um

poderoso de magnitude semelhante, então atuará aí também a satisfação provocada pela inversão. O direito à justiça sangrenta, que tão longamente lhe coube, foi agora exercitado contra ele. Mataram-no os que, antes, ele mandava matar. Não há como superestimar o significado dessa inversão: há um tipo de massa que se forma unicamente em função de uma tal inversão. (CANETTI, 1995, p. 50)

Ao mesmo tempo em que os cidadãos romanos exercem uma participação ativa nas decisões sobre o futuro de Coriolano, eles também são influenciados diretamente pelos tribunos, Sicínio e Bruto. A decisão inicial era a execução de Coriolano, mas eis que, no derradeiro momento, os tribunos, num sinal de clemência e reconhecimento aos atos heroicos praticados por Caio Marcio, resolvem e decidem pelo povo, ou seja, que Marcio não será morto, mas sim expulso da cidade. Observando essa relação, podemos perceber como a massa serve para cumprir fins aos quais nem sempre está consciente, isto é, o povo se comporta de maneira volúvel, com tendências em mudar de opinião sempre que solicitados por alguém a quem depositam confiança, aqui, nessa peça de Shakespeare, representado na figura dos tribunos do povo.

Um aspecto que aparece na tragédia shakespeariana em análise é a importância das relações de troca e comunhão entre os pares. Pierre Clastres nos diz que nas sociedades primitivas a busca por alianças através da troca, com os povos vizinhos, era fundamental para proteção e, conseqüentemente, a subsistência e existência dessas sociedades. Sem essa relação de troca não haveria alianças e, sem alianças, essas comunidades, isoladas nelas mesmas, estariam à mercê de ataques e invasões de tribos rivais, e, por consequência, a tomada e posse da propriedade. Por isso, a busca de alianças era tão importante; essa união entre as comunidades trazia segurança, além de uma relação um pouco mais tranquila, menos conflituosa entre eles, já que a guerra e o conflito eram praticamente inerentes às comunidades primitivas. Nas alianças encontra-se uma espécie de trégua do conflito, ao menos com os povos vizinhos. Mesmo que não houvesse o consentimento de todos nas comunidades; era, no entanto, um meio para se chegar a um fim desejado: estar em vantagem nos conflitos e guerras, que eram constantes.

Trago aqui um trecho do livro *Arqueologia da Violência*, de Pierre Clastres, que explica muito bem essa relação de troca e formação de alianças pensando na guerra entre as comunidades primitivas:

Em suma, a realidade da aliança funda a possibilidade de uma troca completa, relativa não apenas aos bens e serviços mas às relações matrimoniais. O que é a troca das mulheres? No âmbito da sociedade humana como tal, ela assegura a humanidade dessa sociedade, isto é, sua não-animalidade, ela significa que a sociedade humana não pertence à ordem da natureza mas à da cultura: a sociedade humana manifesta-se no universo da regra e não no da necessidade, no mundo da instituição e não no do instinto. A troca exogâmica das mulheres funda a sociedade como tal na proibição do incesto. Mas, precisamente, trata-se aqui da troca enquanto instauradora da sociedade humana como sociedade não animal, e não da troca tal como ela se institui no quadro de uma rede de alianças entre comunidades diferentes e que se manifesta num outro nível. No quadro da aliança, a troca das mulheres

adquire uma evidente importância política, o estabelecimento de relações matrimoniais entre grupos diferentes é um meio de concluir e reforçar a aliança política a fim de enfrentar nas melhores condições os inimigos inevitáveis. De aliados que são também parentes pode-se esperar mais constância na solidariedade guerreira, ainda que os laços de parentesco não sejam de modo algum uma garantia definitiva de fidelidade à aliança. (CLASTRES, 2011, p. 242)

Estou traçando esse paralelo para confirmar a importância da boa relação entre os povos para que haja o fortalecimento das comunidades e, assim, a guerra possa ser evitada. Quando vimos em *Coriolano* a revolta do povo contra os patrícios e o senado, percebemos a quebra das relações e o enfraquecimento da comunidade, e isso traz abertura aos anseios do inimigo, ou seja, os Volscos articulam uma investida contra Roma, justamente por saberem da revolta do povo contra os tiranos e nisso visualizam a fraqueza do inimigo.

Romano: Tem havido em Roma insurreições estranhas: o povo está contra os senadores, os patrícios e os nobres.

Volso: Tem havido!? Já não ha, então? A nossa nação não o crê assim: está preparando-se para uma empresa guerreira, e espera cair-lhes em cima no auge das suas desinteligenças. (SHAKESPEARE, 1915, ato IV, cena III, pp. 182-183)

Em *Coriolano*, além da massa ser volúvel, ela também reúne em si a tendência em dissipar-se. Em todos os casos em que cidadãos aparecem, eles são facilmente influenciados pelos tribunos, seja para provocar uma descarga e colocar em prática a sentença preterida, seja para dissipar-se e ir de volta às suas casas ou seus afazeres corriqueiros. Esse aspecto é mencionado por Canetti, que o atribui ao conceito de “O Estancamento” (p.34), que seria o fato de os cidadãos serem incitados a um grande feito – por exemplo, a expulsão ou execução de Coriolano – e, quando da realização e consumação do que era desejado, nada mais resta a não ser a retomada da normalidade cotidiana. Nas palavras de Canetti:

As execuções públicas produzem esse efeito; uma mesma vítima só pode ser morta uma única vez. E, em se tratando de alguém que sempre foi considerado invulnerável, duvida-se até o último instante da possibilidade de que venha de fato a ser morto. A dúvida, oriunda da ocasião, aumenta o caráter estanque natural da massa. Tanto mais aguda e penetrante afigura-se, então, a visão da cabeça cortada. O grito que se segue é terrível, mas trata-se do derradeiro grito dessa massa específica. Pode-se, portanto, dizer que, nesse caso, a massa paga com sua própria morte imediata o excesso de expectativa estanque de que desfrutou com a máxima intensidade. (CANETTI, p. 34)

Há nas cercanias de Roma o exército Volso e combatendo ao lado de Aufidio está Coriolano. A notícia já se espalha pela cidade e um grande alvoroço entre senadores, tribunos, amigos de Coriolano e cidadãos acontece. Nota-se, novamente, a instabilidade do povo, pois, sendo eles pressionados pelos generais, tentam dissimular o voto de banimento que haviam dado a Coriolano, isto é, que teria sido contra a própria vontade deles.

Há de se notar que os tribunos assumem papel importante na manipulação das ações dos cidadãos – enfatizando, outra vez, o caráter volúvel do povo; no entanto, nada lhes é forçado, não há uma imposição nas falas de Sicínio e Bruto, o que se nota é a facilidade com que os cidadãos direcionam suas vontades a partir do aconselhamento dos tribunos. Vemos que por medo, seja de Coriolano ou da aristocracia romana, o povo tende a recuar em suas decisões, da maneira mais contraditória possível e, justamente por isso, cai num grande descrédito nas relações de política e poder. Ou seja, eles detêm o poder que está intrínseco ao grande número da massa numa revolução; contudo, caem no descrédito do exercício articulado do poder político, ficando eles, o povo romano, sendo orientado, ou seja, servindo como massa de manobra, pela figura fortemente política dos tribunos.

A característica volúvel do povo romano é conhecida e trazida à tona também pelos comandantes Volscos:

Todas as praças se lhe rendem antes que êle as sitie; ademais, a nobreza de Roma está por êle; os senadores e os patricios são seus amigos; os tribunos não são soldados, e o povo dar-se-á tanta pressa em chamá-lo quanta se deu para o banir. (SHAKESPEARE, 1915, ato IV, cena VII, p. 224)

Os generais e conspiradores Volscos sabem que o triunfo deles depende da animosidade do povo: “temos que proceder conforme o povo estiver. [...] A queda de um dará ao sobrevivente a herança de tudo” (p. 260). Por isso, Aufidio e conspiradores tramam a queda definitiva de Coriolano.

O povo em Ancio também compartilha das mesmas características de volubilidade, tal qual o povo romano. A trama de Aufidio leva Coriolano a não conter suas palavras e, num ímpeto de emoção e raiva, pratica grande insolência diante de todos na cidade. O povo, que até o momento recebia Coriolano com aclamações de glória, muda repentinamente suas intenções – de forma orquestrada pelos conspiradores, num grito de “morra” – e volta-se contra ele, lembrando do assassinio de suas famílias na invasão, quando volscos e romanos estavam em guerra, e este adentrou sozinho na cidade e, com grande fúria, ceifara tantas vidas inocentes: “Despedacem-no. Já, já. Êle matou meu filho. E a minha filha. Matou meu primo Marco. Matou meu pai” (p.268), gritavam os cidadãos contra Coriolano, no que seria seu derradeiro fim.

* * *

Em *Júlio César*, diferindo do que acontece em *Coriolano*, percebe-se a falta de afinidade

entre cidadãos e tribunos. Enquanto que em *Coriolano* tribunos e cidadãos são cúmplices na articulação que expulsa Caio Marcio de Roma, aqui, em *Júlio César*, Flávio e Marulo, que são os tribunos, demonstram total desprezo para com o povo que estava nas ruas, numa segunda-feira, para celebrar e glorificar a passagem de César. Mas algo em comum existe em ambas as peças: tanto numa como noutra, Shakespeare ressalta simbolicamente a subalternidade com que o povo é compreendido; em *Coriolano* os cidadãos são subjugados por toda a aristocracia, exceto pelos tribunos; em *Júlio César*, os tribunos também assumem o papel de inquirir contra o povo:

“a ralé prorrompia em aclamações, batia as mãos calosas, atirava para o ar os gorros suarentos de dormir e exalava um hálito de tal modo repugnante, por haver César recusado a coroa, que quase asfixiou César, pois ele desmaiou e caiu”, vocifera amargamente Casca, um dos conspiradores contra César. (SHAKESPEARE, 1975, ato I, cena II, p. 29)

Aos poucos vai se armando a conspiração contra César, ou seja, os conspiradores se encontram numa noite tempestuosa, nos “idos de março”, e tramam a morte do ditador. Cássio é um dos principais articuladores; considera César um tirano covarde, que nas horas difíceis perde a honra e sente medo, mas nos momentos de glória é egoísta e faz com que os amigos que o salvaram da morte – como fez Cássio ao salvá-lo do afogamento no rio Tibre – se curvem perante ele. Os conspiradores sugerem uma prática comum nas sociedades primitivas, isto é, fariam com que a morte de César aparentasse um rito de sacrifício aos deuses e, com isso, ficariam isentos de qualquer culpa que naturalmente recairia sobre eles na forma de vingança. Seguindo a linha de pensamento do crítico literário francês René Girard, o sacrifício humano tinha como objetivo agradar e agradecer aos deuses por manterem o mundo em harmonia e em funcionamento, mas também, intrinsecamente, acalmar a revolta das massas e conter atos violentos dentro da comunidade. Ao ofertar a vítima sacrificial aos deuses, os ânimos que estavam por se exaltar eram controlados. As sociedades primitivas temiam a revolta dos deuses e toda a violência que poderia recair sobre elas, por isso, a oferenda sacrificial tinha tanta influência sobre a comunidade; esses ritos acalmavam as pessoas e conseguiam conter o ímpeto violento, trazendo harmonia à comunidade. É possível também que o sacrifício humano tivesse como objetivo o controle da população por parte dos governantes ou chefes das comunidades, que, sabendo dessa predisposição dos cidadãos para o medo da ira dos deuses, muitas vezes se utilizavam desse conhecimento para impor suas vontades e assim se manterem mais estáveis na posição de poder que exerciam. Se a prevenção da vingança nas sociedades primitivas era feita através dos sacrifícios rituais, nos moldes da sociedade contemporânea, quando um ato violento é cometido por alguém, temos o poder judiciário que entra em ação para julgar e punir. René Girard (1990), em *A Violência e o Sagrado*, nos diz que “nas sociedades sacrificiais, qualquer situação crítica recebe uma resposta através do

sacrifício” (p.32). A ausência do Estado e de uma Constituição – tal qual conhecemos nos dias atuais – nas sociedades primitivas fazia com que os sacrifícios tivessem uma importância muito grande na manutenção da ordem social daqueles indivíduos. Sabemos, através de Girard, que nas sociedades primitivas a violência existia e, num descuido, poderia tornar-se algo incontrolável, por isso, as comunidades se valiam dos ritos sacrificiais no intuito de acalmar o ímpeto violento das pessoas. Ao escolher a vítima e colocar em prática a imolação – no intuito de acalmar a ira dos deuses, diante de todos na comunidade, a ânsia por violência seria suprida e suprimida e, com isso, a paz na comunidade, por algum momento, seria alcançada.

No trecho que segue, em *Júlio César*, de Shakespeare, podemos observar a clara intenção de Marco Bruto em se utilizar do artifício sacrificial para sair impune perante os cidadãos. Por mais que em Roma houvesse um sistema político já bem avançado, ainda assim o reflexo das comunidades primitivas estava presente; nesse caso, é justamente o sacrifício sendo utilizado como um alibi para se furtar de uma provável retaliação, ou vingança.:

BRUTO – Sanguinária parecera essa empresa, Caio Cássio, se a cabeça cortássemos e os membros fizéssemos em postas, como a cólera assassina a que a inveja, depois, segue. Membro de César é Antônio, apenas. Caio, sejamos sacrificadores, não carneiros. Todos nós estamos agora contra o espírito de César, e no espírito do homem não há sangue. Se o espírito de César atingíssemos, sem desmembrarmos César! Impossível, infelizmente. Assim, por causa dele, César tem de sangrar. Nobres amigos, cortemo-lo em pedaços como prato para os deuses, em vez de mutilá-lo como carcaça própria para cães. Que nossos corações procedam como certos amos astutos, que dão ordem aos servos para um ato de violência, fingindo censurá-los depois disso. Assim, parecerá, quanto fizermos, necessário, sem laivo algum de inveja, o que aos olhos do povo há de ensejar-nos sermos chamados purificadores, não assassinos. Quanto a Marco Antônio, não penseis nele; só será possível que ele chegue aonde for a mão de César, quando a cabeça a César deceparmos. (SHAKESPEARE, 1975, ato II cena I, p. 46)

E não somente Bruto se utiliza do método sacrificial, mas também César o faz: “manda que os sacerdotes sacrifiquem e traze-me depressa um bom augúrio” (p. 53), diz César ao seu criado.

Na simbologia da peça podemos comparar essa menção ao sacrifício como algo para afastar uma possível culpa que inevitavelmente resultaria em vingança. A partir do momento que Bruto sugere a morte de César através de um rito sacrificial, esse fato resultaria na isenção da culpa dos conspiradores, já que o sacrifício buscava acalmar a ira dos deuses diante a tirania de César (“como prato para os deuses”). No entanto, não é o que acontece, e o plano de Bruto em utilizar-se do sacrifício para sair impune acaba sendo interpretado por Antônio e demais amigos de César não como um rito sacrificial necessário, mas sim como um sacrilégio e, com isso, a vingança automaticamente recai sobre os conspiradores. Shakespeare parece articular nessa tragédia uma busca pela resolução do conflito que inevitavelmente está prestes a ocorrer, e a forma que ele encontra é justamente colocar frente a frente os líderes daquela época, ou seja, a resolução do

conflito através do próprio conflito. Podemos tentar explicar essa violência intestina que busca a harmonia na comunidade através do sacrifício, ou mesmo da violência, através das palavras de Girard:

Há um denominador comum da eficácia sacrificial, tão mais visível e preponderante quanto mais viva for a instituição. Este denominador é a violência intestina: as desavenças, as rivalidades, os ciúmes, as disputas entre próximos, que o sacrifício pretende inicialmente eliminar; a harmonia da comunidade que ele restaura, a unidade social que ele reforça. (GIRARD, 1990, p. 21)

Dessa forma, Shakespeare, ao se utilizar do argumento sacrificial, traz até nós o caráter do sagrado, do mito, da lenda e da profecia nessa peça e, assim, abre mão da racionalidade que fundamenta *Coriolano*. Calpúrnia, esposa de César, aconselha-o a não sair de casa, por causa das visões que os prodígios tiveram:

César, jamais dei crédito a prodígios, mas ora tenho medo. Aí dentro há alguém que a tudo que nós vimos e escutamos acrescenta visões apavorantes que aos guardas esta noite apareceram uma leoa na rua teve o parto; abriram-se sepulcros, expulsando seus mortos; pelas nuvens incendiados guerreiros digladiavam em fileiras e esquadrões ordenados, como em guerra, tendo sangue manchado o Capitólio. Agitava-se no ar a gritaria da batalha; cavalos relinchavam; gemiam moribundos, e os espectros, dando gritos, as ruas percorriam. Ó César! Essas coisas ultrapassam a comum experiência e me amedrontam. (SHAKESPEARE, 1975, ato II, cena II, p. 53)

No senado cria-se um fato secundário, que é o pedido de regresso a Roma de Públio Címber, que fora banido por César. César nega o pedido feito por Cássio e com isso é consumado o assassinato, com argumento de colocar-se fim à tirania, ou seja, um sacrifício de uma vítima de grande poder para assim levar a harmonia a todos. Marco Antônio, seu amigo, finge compreender o que se passara e pede permissão para ir à tribuna e discursar na cerimônia fúnebre. Cássio fica com receio do pedido; no entanto, Bruto autoriza, desde que no discurso nenhuma censura fosse lançada sobre eles; Antônio concorda.

No foro, os cidadãos estão impacientes, exigem explicações sobre o ocorrido – e já podemos perceber a importância atribuída ao povo. A explicação dada por Bruto é de que a morte de César era necessária por ele estar se tornando um líder com inclinações à tirania. O povo, inicialmente, aceita essa explicação, de que o sacrifício de César fora necessário porque ele, pouco a pouco, estava se tornando um tirano. Para ilustrar essa aceitação dos cidadãos, trago aqui, novamente, a perspectiva da teoria girardiana, que nos fala sobre a ausência de um líder nas sociedades primitivas, já que elas compreendiam que um líder logo se tornaria um tirano e colocaria a vivência harmoniosa da comunidade em sérios riscos, por consequência, tornando a comunidade vulnerável ao inimigo. As sociedades primitivas não eram sociedades da paz, bem pelo contrário, elas encontravam na guerra sua forma de organização, inclusive, como já mencionado, buscando

alianças com aldeias vizinhas; no entanto, não vislumbravam a figura de um líder, menos ainda de um Estado ou Constituição. Neste trecho, Bruto diz que César condenaria os romanos, que faria de todos escravos:

Se houver alguém nesta reunião, algum amigo afetuoso de César, dir-lhe-ei que o amor que Bruto dedicava a César não era menor do que o dêle. E se êsse amigo, então, perguntar por que motivo Bruto se levantou contra César, eis minha resposta: não foi por amar menos a César, mas por amar mais a Roma. Que teríeis preferido: que César continuasse com vida e vós todos morrêsseis como escravos, ou que êle morresse, para que todos vivêsseis como homens livres? Por me haver amado César, pranteio-o; por ter sido êle feliz, alegro-me; por ter sido valente, honro-o; mas por ter sido ambicioso, matei-o. Logo: lágrimas para a sua amizade alegria para sua fortuna, honra para o seu valor e morte para a sua ambição. Haverá aqui, neste momento, alguém tão vil que deseje ser escravo? Se houver alguém nessas condições, que fale, porque o ofendi. Haverá alguém tão grosseiro para não querer ser romano? Se houver, que fale, porque o ofendi. Haverá alguém tão desprezível, que não ame sua pátria? Se houver, que fale, porque o ofendi. (SHAKESPEARE, 1975, ato III, cena II, p. 75)

No entanto, o plano dos conspiradores – a aliança conspiratória – não é bem-sucedido. Inicialmente, o povo se volta contra Bruto; porém, seu discurso convence momentaneamente os cidadãos, fazendo com que clamem glórias a ele. Notaremos, novamente, a volubilidade do povo romano quando Antônio discursa exaltando César, fazendo com que os cidadãos retomem o ódio por Bruto. Enquanto que em *Coriolano* o povo se revolta desde o início contra a tirania de Marcio, aqui, em *Júlio César*, nota-se o apoio e devoção a César, que muda apenas quando há a persuasão do povo feita pelos conspiradores, mas que facilmente é contraposta pelo discurso de Antônio, no funeral. Por isso, percebemos que numa das peças o povo age para derrubar o tirano Coriolano, enquanto que na outra fica ao lado do patrício romano César. O povo é retratado de formas diferentes nas peças; contudo, as duas formas compartilham da mesma volubilidade e acabam servindo como massa de manobra em ambas as tragédias.

Surge então a vontade de vingança, que logo na sequência é colocada em prática, na motivação dos plebeus em perseguir os conspiradores e, no campo de batalha, culmina na morte de Marco Bruto. Quando a vontade de vingança surge numa sociedade, e é colocada em prática, quer dizer que o sistema adotado para conter essa prática não funcionou como esperado – na peça em questão o sistema adotado fora o intuito sacrificial que elencou o tirano César como vítima. Notemos que em *Júlio César* há uma sobreposição entre momentos culturais distintos, isto é, a figura forte dos mitos, dos deuses e deusas e dos sacrifícios rituais, bem como a existência bem clara de um sistema jurídico e um estado de direito em formação. Creio que seja importante trazer à tona essa relação de proximidade, ou mesmo fusão, entre eventos que aconteciam nas sociedades primitivas, sem Estado, por exemplo o rito sacrificial, e as práticas adotadas nas sociedades ditas evoluídas, ou seja, com um sistema jurídico posto em desenvolvimento. Sugiro que possa ser dessa

incorporação entre sistemas diferentes que surge a falha na contenção da violência, já que os ritos que envolvem vítimas humanas já estariam superados nas sociedades dotadas de um sistema com um caráter moderno, ou ocidental. Poderia ser por isso que Antônio, ou mesmo os cidadãos, não aceitam a morte de César quando atribuída a um sacrifício necessário para libertar a sociedade da tirania. No entanto, devemos estar atentos às contradições históricas que envolvem esses atos sacrificiais, isto é, mesmo nas sociedades contemporâneas são reservados dias no calendário com o intuito de relembrar, na forma de luto, alguns fatos históricos marcantes, a morte de Jesus, por exemplo. Ou seja, existem atos sacrificiais que até hoje são revistos, de certa forma celebrados, fazendo com que todas as sociedades, em maior ou menor grau, ainda estejam envolvidas com esses atos ou ritos sacrificiais.

Vou trazer um trecho de *Arqueologia da Violência*, de Pierre Clastres (2011), onde ele nos fala sobre as primeiras impressões dos navegantes antigos sobre as comunidades isoladas e distantes, justamente tratando sobre a distinção entre as comunidades ditas primitivas em relação às comunidades modernas ocidentais:

Como é o ser da sociedade primitiva, enquanto se realiza, idêntico, na série infinita de comunidades, bandos, aldeias ou grupos locais? A resposta está presente em toda a literatura etnográfica, desde que o Ocidente se interessa pelo mundo dos selvagens. O ser da sociedade primitiva sempre foi visto como lugar da diferença absoluta em relação ao ser da sociedade ocidental, como espaço estranho e impensável da ausência — ausência de tudo o que constitui o universo sócio-cultural dos observadores: mundo sem hierarquia, homens que não obedecem a ninguém, sociedade indiferente à posse da riqueza, chefes que não mandam, culturas sem moral porque ignoram o pecado, sociedade sem classes, sociedade sem Estado etc. Em suma, o que os escritos dos viajantes antigos ou dos estudiosos modernos não cessam de clamar sem chegar a dizê-lo é que a sociedade primitiva é, em seu ser, indivisa. (p. 234)

Notamos aqui o distanciamento cultural e político entre essas comunidades; entretanto, também percebemos como tanto Clastres como Girard consideram importante a forma de organização das comunidades primitivas. Se nas sociedades modernas temos um sistema com todo um aparato investigativo e punitivo, que, na teoria, possibilita que a justiça seja alcançada de maneira plena e, dessa forma, haja a contensão da vingança infinita e o perigo da escalada; igualmente, nas sociedades primitivas existia, ao seu modo, a possibilidade de equilíbrio e uma existência plena. Por incrível que pareça, essas sociedades primitivas encontram sua harmonia justamente nas coisas que mais se distanciam da sociedade moderna, ou seja, estas sociedades não diferem nem julgam o poder econômico do indivíduo e não há uma hierarquia na mão de obra ou no trabalho; resumindo, essas comunidades parecem não nutrir os principais malefícios que causam desigualdade nas sociedades modernas ou mesmo contemporâneas. Nas palavras de Clastres (2011):

Ela ignora – porque impede seu aparecimento – a diferença entre ricos e pobres, a oposição

entre exploradores e explorados, a dominação do chefe sobre a sociedade. [...] Com efeito, exceto a que pertence aos sexos, não há na sociedade primitiva nenhuma divisão do trabalho: cada indivíduo é, de certo modo, polivalente, todos os homens sabem fazer tudo o que os homens devem saber fazer, todas as mulheres sabem cumprir as tarefas que toda mulher deve cumprir. [...] Os selvagens são bastante sensatos para não se entregar a essa loucura, a sociedade primitiva funciona de tal maneira que a desigualdade, a exploração e a divisão sejam impossíveis. (pp. 234-235)

Girard (1990) faz a observação sobre como essas sociedades, cada uma ao seu modo, desenvolveram maneiras de lidar com a vingança infinita, com a violência e a guerra; uma através do sacrifício, outra por meio do sistema judiciário. Ele atribui maior eficácia ao nosso sistema, fazendo algumas ressalvas. Girard insinua que o sistema judiciário, estando sob a égide de um poder político forte, poderá existir e corroborar para que haja de fato justiça; entretanto, como ele mesmo sugere – e a gente pode comprovar empiricamente em nosso dia a dia –, esse mesmo sistema judiciário, que propõe fazer justiça, poderá com alguma frequência extrapolar os parâmetros do justo. Se Girard afirma que o sistema judiciário é o mais eficaz ele também coloca em observação os meios que o Estado age manipulando o direito para fazer parecer a opressão algo justo, por isso, ele considera a forma como as sociedades primitivas agem, em função da busca pela justiça, mais objetiva:

No final das contas, o sistema judiciário e o sacrifício têm portanto a mesma função, mas o sistema judiciário é infinitamente mais eficaz. Só pode existir se associado a um poder político realmente forte. Como qualquer outro progresso técnico, ele constitui uma arma de dois gumes, servindo tanto à opressão quanto à liberação. É sob este aspecto que ele se mostra aos primitivos que, neste ponto, têm sem dúvida um olhar bem mais objetivo que o nosso. (p. 37)

Considerando apenas os acertos em ambos os sistemas e de como eles se constroem de maneiras diferentes, mas se desenvolvem na busca de um mesmo fim, isto é, para a contenção da violência e da guerra; levanto a questão da debilidade em se fazer uso de ambos os sistemas numa mesma sociedade, o que parece ocorrer em *Júlio César*, de Shakespeare. Ao utilizarem-se, ora do sagrado, ora do racional, os romanos adentravam num campo de incertezas, cujas decisões na batalha, por exemplo, nem sempre eram as melhores. Assim como vemos a volubilidade nos cidadãos no que tange suas posições políticas e ideológicas, vemos também essa inconstância nos guerreiros romanos em relação à racionalidade e aos mitos, lendas e presságios. Fica mais claro na fala de Cássio, dirigida a Messala, já no campo de batalha, prestes a dar-se o confronto com o exército de Antônio e Otávio:

Bom Messala, hoje é o meu natalício; justamente no dia de hoje Cássio veio ao mundo. Messala, dá-me a mão. És testemunha de que é forçado, como o foi Pompeu, que arrisco numa só batalha todas as nossas liberdades. De Epicuro, bem o sabeis, sou fervoroso adepto e de sua doutrina. Mas agora mudei de parecer e em parte creio que pode haver presságios. Quando vínhamos de Sardes, duas águias vieram pôr-se no estandarte da frente. Colocadas

aí, avidamente recebiam alimento das mãos dos nossos homens. Assim vieram conosco até Filipos. Mas hoje cedo levantaram vôo e desapareceram, sobrevoando-nos as cabeças, não águias, porém corvos, gaviões e gralhas, que nos olham do alto, como se presas fôssemos inermes. Sua sombra parece-se com um pálio de mau agouro, sob o qual o exército se ache no ponto de exalar o espírito. (SHAKESPEARE, ato V, cena I, pp. 112-113)

O mesmo Cássio, no início da peça, parece diminuir os receios de César, que dizem respeito às superstições, confirmando assim sua inconstância, já que, por vezes, seu discurso é articulado levando em consideração somente a racionalidade humana, noutras abrange também o caráter sagrado:

Mas é duvidoso que César hoje saia; ultimamente tem-se mostrado mui supersticioso, ao invés do que era antes, no tocante aos sacrifícios, fantasia e sonhos. É bem possível que os prodígios claros desta noite, o terror inusitado e a palavra dos áugures o impeçam de ir hoje ao Capitólio. (SHAKESPEARE, ato II, cena I, p. 47)

Ao longo desse trabalho tentou-se mostrar a relevância das massas na economia simbólica das peças e a forma volúvel com que são retratadas por Shakespeare. Mas também vimos que numa das peças os cidadãos puderam contar com o apoio dos tribunos, enquanto que na outra os tribunos não compartilhavam dos mesmos ideais do povo. Essa massa, por vezes, era inflamada, pronta para impor seus desejos através da violência, se necessário fosse, e de como os aristocratas romanos tinham consciência do poder do povo e, como consequência, temiam-no. O caráter racional, bem como as crenças no sagrado, dividem espaço no imaginário dos personagens, em ambas as tragédias.

Também foi possível perceber como a força das multidões é observada pelo dramaturgo inglês, e de como ele condiciona a força dos cidadãos a um nível de grande relevância. Creio que jamais saberemos como de fato Shakespeare compreendia o povo daquela época, mas é de se ficar minimamente surpreso de como o dramaturgo anteviu o que seria a grande conquista de algumas gerações futuras, isto é, o poder que o povo dispõe numa revolução. Poderia ser sugerido que Shakespeare atribui às massas um caráter subalterno apenas; no entanto, como já ressaltado acima, as massas são fundamentais para o desenrolar de ambas as peças, por isso, o que proponho aqui é justamente observarmos outro grande acerto de Shakespeare em sua inserção atenta das massas nas peças, que inclusive podemos transportar para tantos outros momentos da história, ou seja, de como as massas acabam servindo para interesses que ultrapassam e vão muito além dos seus próprios objetivos, muitas vezes, objetivos esses de uma grande simplicidade, como vimos em *Coriolano*, a necessidade básica de saciar a fome.

Referências Bibliográficas

- BENJAMIN, Walter. Para uma crítica da violência. In: BENJAMIN, Walter. *Escritos sobre mito e linguagem*. Tradução Susana Kampff Lages e Ernani Chaves. São Paulo: Duas Cidades; Ed. 34, 2011.
- CANETTI, Elias. A Massa. In: CANETTI, Elias. *Massa e Poder*. Tradução de Sérgio Tellaroli. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 1995.
- CLASTRES, Pierre. Arqueologia da violência: a guerra nas sociedades primitivas. In: CLASTRES, Pierre. *Arqueologia da violência*. Pesquisas de antropologia política. Tradução de Paulo Neves. 2ª edição. São Paulo: Cosac Naify, 2011.
- DERRIDA, Jacques. *Do Direito à justiça*. In: DERRIDA, Jacques. *Força de lei*. Tradução de Leyla Perrone-Moisés. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- GIRARD, René. O Sacrifício. In: GIRARD, René. *A Violência e o Sagrado*. Tradução de Martha Conceição Gambini. São Paulo: Editora da UNESP, 1990.
- SHAKESPEARE, William. *Coriolano*. Tradução de Teixeira Rego. Porto: Livraria Chardron, 1915.
- _____. *Júlio César*. Tradução de Carlos Alberto Nunes. Porto Alegre: Melhoramentos, 1975.
- SOREL, Georges. *Reflexões sobre a Violência*. Tradução de Paulo Neves. São Paulo: Editora Martins Fontes, 1992.